

I Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Boa Vista



PLAMSAN 2025- 2028



Agradecimentos

Foi com grande dedicação e colaboração que construímos um plano que acreditamos ser fundamental para avançar na garantia do direito humano à alimentação adequada e na promoção da segurança alimentar e nutricional em nosso município.

Gostaríamos de manifestar nosso especial agradecimento à todos os envolvidos pelo apoio e pela confiança depositada em nossa comissão. O suporte da gestão municipal foi essencial para que pudéssemos desenvolver este trabalho de forma eficaz e participativa.

Nosso reconhecimento se estende às Secretarias Municipais que compõem a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) Municipal: a Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI, a Secretaria Municipal de Educação - SMEC, a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA e a Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. A colaboração intersetorial, o compartilhamento de conhecimentos e o comprometimento de cada secretaria foram pilares para a construção de um PLAMSAN abrangente e alinhado às diversas dimensões da SAN.

Agradecemos imensamente aos valiosos parceiros e colaboradores de diversos segmentos voltados para a SAN, em destaque, toda a equipe da CAISAN Estadual. A participação ativa, as contribuições técnicas e o engajamento das organizações da sociedade civil, das instituições de ensino e pesquisa, do setor privado e dos representantes da comunidade enriqueceram significativamente o processo de elaboração do plano, garantindo a pluralidade de vozes e a legitimidade das propostas.

Para nós, membros da Comissão de Construção do PLAMSAN, foi uma honra e um aprendizado conduzir este processo. Acreditamos que o plano que construímos juntos representa um passo importante para o futuro de Boa Vista, oferecendo um caminho claro para a implementação de políticas públicas que promovam a segurança alimentar e nutricional para todos os cidadãos.

Reiteramos nosso agradecimento a todos que dedicaram seu tempo, conhecimento e energia para a concretização do PLAMSAN. Esperamos que este plano seja um instrumento vivo e efetivo, guiando as ações futuras em prol de uma Boa Vista com mais justiça social, saúde e segurança alimentar e nutricional.

Maiky Rosberg Farias de Lucena
Secretário-Executivo CAISAN de Boa Vista



PREFEITO

Arthur Henrique Brandão Machado

VICE-PREFEITO

Marcelo Zeitoune

**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
E ASSUNTOS INDÍGENAS - SMAAI**

Cezar Carlos Soto Riva

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE - SMSA

Marcelo Zeitoune

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SMEC

Lincoln Oliveira da Silva

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS

Nathalia Cortez Diogenes

CÂMARA INTERSETORIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BOA VISTA - CAISAN

Presidente: Nathália Cortez Diógenes

Secretário-Executivo: Maiky Rosberg Farias de Lucena

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI)

Titular: João Paulo de Souza e Silva

Suplente: Gleissiane Silva Ribeiro

II - Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

Titular: Maiky Rosberg Farias de Lucena

Suplente: Vanessa Matos Pinheiro

III - Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)

Titular: George Barros Chaves

Suplente: Elizabeth Batista Gomes

IV - Secretaria Municipal de Saúde (SMSA)

Titular: Fabíola Cristina Gibson Alves

Suplente: Marenny Damasceno Pereira

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA

Presidente: Carlos Alberto Fournier Filho

Secretário-Geral: Maiky Rosberg Farias de Lucena

Conselheiros Governamentais

I - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas (SMAAI)

Titular: João Paulo de Souza e Silva

Suplente: Gleissiane Silva Ribeiro

II - Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS)

Titular: Maiky Rosberg Farias de Lucena

Suplente: Vanessa Matos Pinheiro

III - Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC)

Titular: George Barros Chaves

Suplente: Elizabeth Batista Gomes

IV - Secretaria Municipal de Saúde (SMSA)

Titular: Fabíola Cristina Gibson Alves

Suplente: Marenny Damascena Pereira

Conselheiros Não Governamentais

I - Associação Amazônia Ecologia Integral

Titular: Juliana Marques Leitão

Suplente: Ana Cristina Queiroz da Silva

II - Associação Comitê Roraima da Ação Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida

Titular: Iracilda Cardoso da Silva

Suplente: Elisangela Sarmento da Silva

III - Associação da Moradia Digna - Cozinha Solidária Jardim Equatorial

Titular: Maria Alves Ferraz de Matos

Suplente: Arinete Costa Tebir

IV - Associação Mexendo a Panela

Titular: Áurea Onília de Souza Cruz

Suplente: Cícera de Souza Bezerra

V - Colônia de Pescadores Z-1 de Roraima

Titular: Raimundo José Gomes Sobrinho

Suplente: Rafael Pinheiro Pereira

VI - Cooperativa dos Produtores Indígenas do Darôra - COOPROIND

Titular: Marinalda Augusto da Silva

Suplente: Flávio da Rocha Costa

VII - Federação de Umbanda, Cultos Afros Religiosos e Ameríndios do Estado de Roraima - FUCABERR

Titular: Carlos Alberto de Souza Fournier Filho

Suplente: Ellen Janaína Lima dos Santos

VIII - Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Município de Boa Vista - RR

Titular: Genira Borges Bertol

Suplente: Adrianly Costa Fernandes

Lista de Siglas e Abreviações

BA - Banco de Alimentos

CAISAN - Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CDS - Compra com Doação Simultânea

CEASA - Centrais de Abastecimento S/A

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CODECA - Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul

COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DSAN - Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAS - Fundação de Assistência Social

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

InSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

IMC - Índice de Massa Corporal

LUPPA – Laboratório Urbano de Políticas Públicas Alimentares

NIPP - Núcleo Integrado de Políticas Públicas

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

OSC - Organizações da Sociedade Civil

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PANC - Plantas Alimentícias Não-Convencionais PLAMSAN - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REPOP - Restaurante Popular

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

MAPA - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUS - Sistema Único de Saúde

UBS - Unidade Básica de Saúde



SUMÁRIO

- 1 - INTRODUÇÃO.....10
- 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO.....10
 - 2.1 - DADOS GERAIS.....10
 - 2.2 ECONOMIA.....11
 - 2.3 - EDUCAÇÃO.....11
 - 2.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL.....11
 - 2.5 - SAÚDE.....12
 - 2.6 - SANEAMENTO.....13
 - 2.7 - AGRICULTURA.....15
 - 2.8 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....15
 - Determinantes da Segurança Alimentar.....16
 - Programas e Iniciativas.....16
- 3 - PROGRAMAS E PROJETOS.....17
 - 3.1 - Projeto Crescer: oficina de panificação, oficina de compostagem, refeições.....17
 - 3.2 - Cesta do Bem.....17
 - 3.3 - Cartão do Bem.....17
 - 3.4 - Merenda Escolar - PAA e PNAE.....17
 - 3.5 - Programa Municipal de Distribuição de Alimentos - PMDA.....18
- 4 - PROGRAMAS E PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS.....19
 - 4.1 - COZINHAS SOLIDÁRIAS.....19
- 5 - METODOLOGIA.....20
 - Fases da Metodologia.....20
 - Desafios e Perspectivas.....20
- 6 - AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAN.....21
 - 6.1 - EIXO 1 - POLÍTICA PÚBLICA DE SAN
 - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;.....22
 - 6.2 - EIXO 2 - PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E ACESSO AOS ALIMENTOS
 - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;.....23
 - 6.3 - EIXO 3 - DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.
 - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;.....24
 - 6.4 - EIXO 4 - Segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais.....25
 - 6.5 - EIXO 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;.....26
 - 6.6 - EIXO 6 - Promoção do acesso universal à água.....27
 - 6.7 - EIXO 7 - Promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;.....28
 - 6.8 - EIXO 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.....29
- 7 - AVALIAÇÃO.....30
- 8 - DESAFIOS.....30
- 9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....31
- REFERÊNCIAS.....32
- ANEXO 1 - PRAZOS DE EXECUÇÃO.....33
- ANEXO 2 - FONTES DE RECURSOS.....40

1 - INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Boa Vista surge como uma resposta estratégica às necessidades de alimentação e nutrição da população local, reconhecendo o direito fundamental de todos os cidadãos a uma alimentação adequada e saudável. E em virtude de uma realidade marcada por desafios socioeconômicos e ambientais, o plano busca promover práticas que assegurem a disponibilidade, o acesso e o consumo de alimentos de qualidade, respeitando a diversidade cultural e as especificidades da região.

Em consequência dos avanços e retrocessos que caracterizam a segurança alimentar no município, esse plano é uma ferramenta vital para a articulação de ações intersetoriais que visam não só a erradicação da fome, mas também a promoção da saúde e do bem-estar da população. Através da colaboração entre o poder público, a sociedade civil, e diversas organizações, o PLAMSAN de Boa Vista se propõe a criar um ambiente propício ao desenvolvimento de iniciativas que incentivem a produção local de alimentos, a educação alimentar e nutricional, e o fortalecimento das redes de apoio às comunidades mais vulneráveis.

O presente documento, portanto, representa um compromisso sério com a construção de um futuro onde cada cidadão de Boa Vista tenha acesso a uma alimentação digna e nutritiva, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do município. A implementação desse plano será acompanhada de perto, garantindo que as ações propostas sejam efetivas e adaptáveis às realidades dinâmicas da nossa população.

2 - CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 - DADOS GERAIS

Boa Vista, a capital do estado de Roraima, é uma cidade situada ao norte do Brasil, conhecida por seu clima tropical e pela presença de uma rica biodiversidade. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, a população de Boa Vista é de aproximadamente 413.486 habitantes e a densidade demográfica aproxima-se de 72,71 habitantes por quilômetro quadrado. A cidade, que possui uma área de 5.110,8 km², é a única capital do Brasil fundada após a Proclamação da Independência, tendo sido oficialmente criada em 9 de julho de 1890.

A história de Boa Vista está intrinsecamente ligada à presença de comunidades indígenas que habitam a região há séculos. Os povos indígenas, como os Macuxi e os Wapichana, desempenham um papel fundamental na formação da cultura local, trazendo consigo tradições alimentares e práticas agrícolas que valorizam o respeito à natureza e a utilização de recursos nativos. Essa herança cultural indígena enriquece o cotidiano da cidade, contribuindo para a diversidade de sabores e hábitos alimentares que caracterizam a gastronomia local.

Com o crescimento e a urbanização, Boa Vista passou por um processo de expansão que atraiu diferentes imigrantes e colonos ao longo das décadas. Esse crescimento foi impulsionado pela busca de melhores oportunidades econômicas e pela exploração das riquezas naturais da região. No entanto, nos últimos anos, a cidade enfrentou um novo desafio: a imigração venezuelana. Devido à crise política e econômica na Venezuela, um grande número de venezuelanos têm cruzado a fronteira em busca de refúgio e condições de vida dignas.

Esse fluxo migratório trouxe à Boa Vista uma nova diversidade cultural, mas também acentuou a vulnerabilidade social, com muitos imigrantes enfrentando dificuldades para acessar serviços básicos, incluindo alimentação adequada e nutrição. De acordo com dados de 2022, uma significativa parcela dessa população imigrante, encontram-se em situação de insegurança alimentar, o que reforça a necessidade de estratégias voltadas para a inclusão e para a promoção da saúde nutricional.

Nesse contexto, o plano emerge como uma ação essencial para enfrentar essas complexidades. Ele visa garantir o direito à alimentação adequada e saudável para todos os cidadãos, levando em consideração as particularidades culturais, as condições socioeconômicas atuais e as necessidades da população, tanto local quanto migrante. Com isso, o PLAMSAN buscará promover a segurança alimentar e o fortalecimento das comunidades, criando um ambiente em que todas as pessoas possam desfrutar de uma alimentação digna e nutritiva, refletindo a riqueza cultural e a diversidade que caracterizam Boa Vista.



2.2 ECONOMIA

Boa Vista, capital do estado de Roraima, é uma cidade que, ao longo de sua história, tem enfrentado diversos desafios sociais e econômicos, refletindo sua rica diversidade cultural e a complexidade de sua composição demográfica. O contexto econômico do município, reflete no PIB per capita de R\$30.906,19 em 2021. Entre 2006 a 2021, o crescimento do PIB municipal apresentou o melhor desempenho da Unidade da Federação. Nos últimos dez anos, o crescimento nominal do nível de atividade da cidade foi de 163,4% e a taxa apresentada dos últimos 5 anos foi de 66,4%. E estima-se que 29,34% da população boa-vistense possui emprego formal, com média salarial de 2,9 salários mínimos.

A economia local é predominantemente baseada no setor de serviços, que compreende a maior parte das atividades econômicas. Contudo, a cidade ainda enfrenta desafios relacionados à formalização do trabalho. Estudos indicam que a taxa de desemprego em Boa Vista está em uma margem de 14%, uma porcentagem que frequentemente supera a média nacional, refletindo dificuldades na criação de empregos estáveis e bem remunerados.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Boa Vista, que integra dados sobre renda, educação e saúde, é de 0,752, caracterizando-se como um IDH médio/alto. Embora haja avanços significativos em algumas áreas, o IDH evidencia a necessidade de políticas públicas que comecem a eliminar as desigualdades sociais ainda existentes.

A economia da cidade também é afetada pelo recente fluxo migratório advindo do país Venezuelano, que contribuiu para a diversidade cultural, mas também apresentou desafios adicionais em termos de inclusão e acomodação dessa nova população em situação de vulnerabilidade social. Muitos desses imigrantes enfrentam barreiras no acesso ao mercado de trabalho e serviços básicos, incluindo saúde e alimentação.

Todas essas questões socioeconômicas se entrelaçam em um cenário de insegurança alimentar, onde diversas famílias, tanto as locais quanto as imigrantes, lutam para garantir acesso a alimentos adequados e nutritivos. Diante desse panorama, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Boa Vista se estabelece como uma ferramenta vital para enfrentar os desafios inerentes à segurança alimentar que busca garantir o direito à alimentação adequada e saudável para todas as pessoas, fomentando a participação da comunidade e a colaboração entre diferentes setores, visando à construção de um ambiente inclusivo e propício ao bem-estar e à dignidade de todos os cidadãos boa vistense.

Através da pretensão do PLAMSAN que visa não apenas combater a insegurança alimentar, mas também promover o desenvolvimento econômico e social, fortalecendo assim a capacidade do município de enfrentar adversidades e garantir um futuro mais justo e sustentável para todos os seus moradores.

2.3 - EDUCAÇÃO

No âmbito da educação pública, a cidade possui 135 escolas municipais de ensino fundamental, na zona urbana, rural e indígena, que contemplam aproximadamente 53 mil alunos, que oferecem estruturas modernas, acessibilidade, ferramentas tecnológicas e salas climatizadas, além contar também com o Centro de Autismo e o Centro Municipal Integrado de Educação Especial. A cidade ainda conta com 57 escolas estaduais, um instituto federal, uma universidade estadual e uma federal. A educação privada é composta por um expressivo número de escolas de educação infantil, escolas de ensino fundamental e médio e por instituições de ensino técnico e superior. Esses números refletem um alto índice de alfabetização, 96,6%, segundo o último censo.

2.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social em Boa Vista é uma área fundamental para o apoio a famílias em situação de vulnerabilidade. O município conta com uma rede de equipamentos da Assistência Social, incluindo Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que desempenham um papel vital na promoção de direitos e no fortalecimento da cidadania. Atualmente, Boa Vista possui 7 CRAS, distribuídos em diferentes áreas da cidade, proporcionando acesso a serviços de acolhimento, orientação e suporte a grupos e indivíduos em situação de risco social.

Além dos CRAS, Boa Vista possui o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que atende situações de violação de direitos e situações de risco que demandam acompanhamento especializado. O CREAS é essencial para oferecer proteção e suporte a famílias e indivíduos que enfrentam diversas formas de vulnerabilidade.

A atuação da assistência social em Boa Vista se concentra em programas que promovem o acesso a serviços e benefícios sociais, incluindo o Bolsa Família e outras iniciativas voltadas para a inclusão social e combate à pobreza. A presença de serviços de assistência é particularmente relevante no contexto atual, onde a imigração venezuelana contribuiu para um aumento na demanda por apoio social, enfrentando desafios relacionados à habitação, emprego e acesso a serviços básicos.

A assistência social, juntamente com as ações de saúde e educação, é peça chave na promoção da segurança alimentar. Os CRAS e CREAS são fundamentais para identificar e atender as necessidades da população em situação de vulnerabilidade, ajudando a conectar famílias a programas de segurança alimentar e nutricional. A atuação integrada entre a assistência social e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) é crucial para garantir que as pessoas tenham acesso a serviços essenciais que promovam a segurança alimentar, contribuindo assim para a dignidade e o bem-estar das comunidades.

Dessa forma, o plano municipal de Boa Vista não é apenas voltado para a alimentação, mas também uma estratégia abrangente que busca articular diversas áreas políticas, incluindo assistência social, educação e saúde, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo para todos os cidadãos. A ação conjunta, entre essas políticas, será fundamental para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro melhor para a população de Boa Vista.

2.5 - SAÚDE

A saúde é um componente essencial para a qualidade de vida da população de Boa Vista, e a cidade conta com uma rede de serviços de saúde que integra tanto o Sistema Único de Saúde (SUS) quanto instituições de saúde privadas. Atualmente, Boa Vista possui cerca de 34 Unidades Básicas de Saúde (UBSs), que atuam na atenção básica à saúde, promovendo serviços preventivos e assistenciais para a população e o Hospital da Criança Santo Antônio que é a única unidade de saúde de média e alta complexidade, que atende crianças de 29 dias de vida a 13 anos de idade em Roraima. Além disso, a cidade conta com hospitais públicos e privados que oferecem atendimento para diversas especialidades.

O estado nutricional da população é uma preocupação importante na saúde pública. Dados mais recentes do SISVAN (2023) indicam que, entre crianças e adolescentes, há uma prevalência significativa de sobrepeso e obesidade. Pesquisa recente aponta que aproximadamente 11% das crianças na faixa etária de 0 a 10 anos estão com excesso de peso, refletindo hábitos alimentares que precisam ser melhorados. No que diz respeito aos adolescentes, esse índice sobe para cerca de 27,54%.

Em relação à população adulta, as taxas de sobrepeso e obesidade também são preocupantes. Estudos indicam que cerca de 36,09% dos adultos em Boa Vista apresentam sobrepeso, e aproximadamente 30,83% são considerados obesos, o que está diretamente associado a doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão, totalizando 66,92% da população adulta.

Para a população idosa, a situação é semelhante, com a prevalência de obesidade também sendo elevada, 50,01%, o que requer atenção especial em termos de políticas de saúde e nutrição. As ações voltadas para a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças são fundamentais para garantir uma melhor qualidade de vida para essa faixa etária.

A união entre saúde e segurança alimentar é crucial para a promoção do bem-estar da população de Boa Vista. A inadequação alimentar, aliada ao estado nutricional da população, destaca a urgência de ações integradas que garantam o acesso a alimentos saudáveis e adequados. Nesse contexto, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Boa Vista torna-se um parâmetro essencial para enfrentar os desafios relacionados à alimentação e nutrição.

Por intermédio da articulação entre saúde, assistência social, educação e segurança alimentar, o PLAMSAN busca construir um ambiente que favoreça não apenas o acesso a alimentos de qualidade, mas também ações de educação alimentar e nutricional que visem a promoção de hábitos saudáveis entre todas as faixas etárias. Essa abordagem integrada, é fundamental para melhorar o estado nutricional da população e promover uma vida saudável e digna para todos os cidadãos de Boa Vista.



2.6 - SANEAMENTO

O saneamento básico é um dos pilares fundamentais para a promoção da saúde e do bem-estar da população de Boa Vista. Contudo, a cidade ainda enfrenta desafios nessa área. De acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), os dados mais recentes (2022), indicam que a cobertura de água tratada na área urbana de Boa Vista é de aproximadamente 92%, com esforços contínuos sendo realizados para expandir o acesso a essa necessidade básica. A água tratada é essencial para a prevenção de doenças relacionadas à água e para a promoção de uma boa saúde.

Em relação ao esgotamento sanitário, a situação ainda é preocupante. Cerca de 53% da população urbana tem acesso a rede de coleta de esgoto, enquanto o tratamento adequado de esgoto é ainda inferior, com estimativas apontando que apenas cerca de 30% dos efluentes são tratados antes de serem lançados no meio ambiente. Essa realidade tem implicações diretas na saúde pública, contribuindo para a propagação de doenças e para a degradação ambiental. Outro aspecto importante é a coleta de lixo, de modo que Boa Vista possui um sistema de coleta de resíduos que atende a maior parte da população, 91,2%, mas ainda há desafios na destinação adequada dos resíduos sólidos, com a necessidade de promover campanhas de conscientização e iniciativas em gestão de resíduos que incentivem a reciclagem e o correto descarte.

A relação entre saneamento básico e segurança alimentar é direta e relevante. O acesso à água potável e o tratamento adequado de esgoto são fundamentais para garantir condições higiênicas adequadas, influência na saúde da população e, consequentemente, na segurança alimentar. A ausência de um saneamento adequado pode agravar problemas de saúde, dificultando o acesso a alimentos saudáveis e adequados.

Nesse contexto, o PLAMSAN de Boa Vista não pode ser desvinculado das políticas de saneamento e saúde. A promoção de uma alimentação segura e saudável está intrinsecamente ligada ao fortalecimento das condições sanitárias e à criação de um ambiente que favoreça o desenvolvimento de práticas alimentares adequadas e sustentáveis.

Assim, a articulação entre as áreas de saúde, educação, assistência social e saneamento se torna imprescindível no desenvolvimento e na implementação do plano, promovendo um enfoque holístico que busca a melhoria da qualidade de vida da população de Boa Vista. Dessa maneira, posiciona-se como uma ferramenta essencial para enfrentar os desafios contemporâneos e garantir um futuro mais saudável e sustentável para todos os cidadãos.





2.7 - AGRICULTURA

A agricultura em Boa Vista é diversificada, envolvendo tanto a agricultura familiar quanto a produção em larga escala. A agricultura familiar, que é responsável por uma parte significativa da produção de alimentos no município, tem se mostrado essencial para garantir a segurança alimentar da população local. Esse segmento agrícola não apenas fornece alimentos frescos e saudáveis, mas também fortalece a economia local e gera empregos.

Com o objetivo de incentivar a agricultura familiar, o município de Boa Vista implementou diversos programas e políticas de apoio. Entre esses, destacam-se:

1. Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar:

- O programa busca promover a capacitação dos agricultores familiares, oferecendo treinamentos em técnicas de cultivo, manejo sustentável e comercialização. O foco é aumentar a produtividade e melhorar a renda das famílias agricultoras.

2. Feiras Livres e Mercados Municipais:

- A promoção de feiras livres e mercados municipais tem sido uma estratégia valiosa para promover a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar, permitindo que os agricultores acessem os consumidores e obtenham melhores preços por seus produtos.

3. Apoio à Agroecologia:

- O município também tem incentivado práticas agroecológicas, que visam à produção sustentável de alimentos, respeitando o meio ambiente e promovendo a biodiversidade. Esses métodos são fundamentais para a produção de alimentos saudáveis e a preservação dos recursos naturais.

4. Parcerias e Assistência Técnica:

- Colaborações com instituições de ensino, organizações não governamentais e cooperativas agrícolas têm sido estabelecidas para fornecer assistência técnica e acesso a créditos e financiamentos para os agricultores.



2.8 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar e nutricional tem sido um aspecto crítico no contexto de Boa Vista, afetando diretamente a qualidade de vida da sua população. O município tem enfrentado desafios relacionados à insegurança alimentar, que se manifestam de diversas formas, como a dificuldade de acesso a alimentos saudáveis e adequados. A situação é ainda mais complexa em razão da imigração venezuelana, que trouxe um número significativo de pessoas em busca de melhores condições de vida, muitas delas enfrentando vulnerabilidades sociais e alimentares.

Determinantes da Segurança Alimentar

1. Acesso a Alimentos:

- Em Boa Vista, a questão do acesso a alimentos é influenciada por fatores econômicos, como desemprego e baixa renda. Estima-se que uma parte da população vive em situação de insegurança alimentar moderada a grave, o que a leva a consumir alimentos inadequados ou a passar fome.

2. Educação Nutricional:

- A falta de conhecimento sobre nutrição e alimentação saudável é um desafio importante. Programas de educação alimentar são essenciais para informar a população sobre a importância de uma dieta equilibrada e nutritiva, abordando práticas que possam ser integradas no cotidiano.

3. Produção Local de Alimentos:

- A agricultura familiar representa uma base fundamental para a segurança alimentar em Boa Vista. Incentivar a produção local de alimentos saudáveis pode ajudar a reduzir a dependência de produtos industrializados e melhorar o acesso a alimentos frescos.

4. Políticas Públicas:

- O município implementou políticas voltadas para a segurança alimentar, buscando coordenar ações entre diferentes setores, como saúde, assistência social e educação. O desenvolvimento do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) é uma das iniciativas que visa articular estratégias para enfrentar os problemas de insegurança alimentar.

Programas e Iniciativas

Boa Vista já conta com algumas iniciativas voltadas à segurança alimentar e nutricional, como:

- **Distribuição de Cestas Básicas:**
 - Ações emergenciais para garantir a segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em períodos de crise econômica.
- **Feiras de Agricultura Familiar:**
 - Incentivo à comercialização de produtos locais por meio de feiras, promovendo a aproximação entre produtores e consumidores e valorizando a produção da região.
- **Programas de Alimentação Escolar:**
 - A inclusão de alimentos saudáveis na merenda escolar, garantindo que crianças tenham acesso a uma alimentação adequada e nutricionalmente balanceada.

A segurança alimentar e nutricional é uma questão multidimensional que exige uma abordagem integrada. O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Boa Vista visa garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem ou condição socioeconômica, tenham acesso a uma alimentação saudável e digna. A articulação entre diferentes setores e a participação da comunidade são fundamentais para o sucesso do plano.

Ao abordar a segurança alimentar de forma holística, o plano busca não apenas combater a fome, mas também promover a saúde, qualidade de vida e um desenvolvimento social sustentável. A implementação de ações que fortaleçam a agricultura local, ofereçam educação nutricional e garantam o acesso a alimentos adequados contribuirá para a construção de uma Boa Vista mais justa e inclusiva, onde todos possam ter seu direito à alimentação respeitado.



3 - PROGRAMAS E PROJETOS

3.1 - Projeto Crescer: oficina de panificação, oficina de compostagem, refeições

O Projeto Crescer é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Boa Vista, em Roraima, que visa promover o desenvolvimento social e a inclusão de adolescentes/ jovens em situação de vulnerabilidade. Esse programa oferece atividades educativas, culturais e esportivas, além de apoio psicológico e social, buscando melhorar a qualidade de vida e as oportunidades para os jovens da cidade.

O foco do projeto está na educação integral, oferecendo um ambiente seguro onde os adolescentes/ jovens possam aprender, socializar e desenvolver habilidades que contribuirão para seu futuro. Além disso, é uma forma de combater a evasão escolar e promover a participação familiar e comunitária.

3.2 - Cesta do Bem

O programa Cesta do Bem é uma iniciativa de assistência social que busca fornecer apoio alimentar às famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa tem como objetivo minimizar os efeitos da insegurança alimentar, especialmente em momentos críticos como a pandemia de COVID-19 e outras crises. O programa é uma ação que conta com a colaboração de diversas secretarias municipais e, em alguns casos, com parcerias com organizações da sociedade civil e do setor privado. As cestas são compostas por itens essenciais, incluindo alimentos não perecíveis e, em algumas edições, produtos de higiene e limpeza. Além de ajudar na alimentação, o programa também busca promover a dignidade e a qualidade de vida das famílias beneficiadas. Para informações mais detalhadas, é recomendável consultar o site da Prefeitura de Boa Vista ou suas redes sociais, onde são divulgadas as ações, critérios de elegibilidade e informações sobre como as famílias podem se inscrever para receber a assistência.



3.3 - Cartão do Bem

O programa Cartão do Bem é uma iniciativa de assistência social que visa oferecer apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade social. Através desse programa, os beneficiários recebem um cartão que pode ser utilizado para a compra de alimentos e produtos essenciais, contribuindo para a segurança alimentar e o bem-estar das famílias.

O principal objetivo do Cartão do Bem é proporcionar uma ajuda direta às famílias em situação de necessidade, buscando melhorar suas condições de vida e promover a autonomia financeira. O programa é especialmente relevante em momentos de crise econômica ou social, onde o acesso a recursos básicos se torna mais desafiador.

As diretrizes e critérios para a sua elegibilidade, bem como informações sobre como participar do programa, podem ser encontrados no site da Prefeitura de Boa Vista ou em suas redes sociais. Assim, as famílias interessadas podem se informar sobre o processo de inscrição e os benefícios oferecidos.

3.4 - Merenda Escolar - PAA e PNAE

O programa de Merenda Escolar, executado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, em Roraima, tem como objetivo proporcionar alimentação saudável e nutritiva para as crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino. Esse programa é crucial para o desenvolvimento adequado dos alunos, garantindo que eles recebam refeições balanceadas que contribuem para seu crescimento, aprendizado e bem-estar.

Atualmente, o programa atende quase 55 mil crianças, tanto na zona urbana quanto na zona rural de Boa Vista. Essa abrangência é fundamental para assegurar que todas as crianças, independentemente de sua localização, tenham acesso a uma alimentação adequada durante o período escolar. Além de cumprir uma função nutricional, a merenda escolar também ajuda a promover a permanência dos alunos na escola, uma vez que refeições saudáveis têm impacto direto na concentração e no desempenho acadêmico.

A merenda é composta por uma variedade de alimentos, planejados para atender às necessidades nutricionais das crianças, incluindo frutas, verduras, grãos e proteínas. Para detalhes adicionais sobre o cardápio, execução do programa e outras informações pertinentes, é recomendável consultar o site da Prefeitura de Boa Vista ou entrar em contato com a Secretaria Municipal de Educação.



3.5 - Programa Municipal de Distribuição de Alimentos - PMDA

O Programa Municipal de Distribuição de Alimentos - PMDA, é uma iniciativa do município de Boa Vista, em Roraima, voltada para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias em situação de vulnerabilidade social. O programa visa garantir o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

Por meio do PMDA, a prefeitura realiza a distribuição de alimentos não perecíveis e, em alguns casos, produtos frescos, atendendo a famílias que enfrentam dificuldades econômicas. O programa também pode incluir ações educativas sobre alimentação saudável, nutricional e práticas de segurança alimentar.

A execução do PMDA está alinhada com os esforços para combater a pobreza e a insegurança alimentar, especialmente em momentos de crise, como os decorrentes de pandemias ou desastres naturais. Para mais informações sobre o funcionamento do programa, critérios de elegibilidade e como participar, é recomendável visitar o site da Prefeitura de Boa Vista ou entrar em contato com as secretarias municipais responsáveis pela assistência social e segurança alimentar.



4 - PROGRAMAS E PROJETOS NÃO GOVERNAMENTAIS

As organizações não governamentais são atores indissociáveis na realidade da segurança alimentar, pois atuam de forma complementar, auxiliando aos equipamentos e políticas públicas em combate a insegurança alimentar e nutricional, dentre elas destacam-se:

4.1 - COZINHAS SOLIDÁRIAS

Com o objetivo de diagnosticar a insegurança alimentar e a situação do município enquanto a fome, foram diagnosticadas três cozinhas solidárias dentro do município de Boa Vista. A natureza dessas cozinhas é de iniciativa da sociedade civil, elas produzem e ofertam refeições gratuitas para grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar. Boa parte dessas cozinhas, funcionam com doações e/ou recursos próprios, cofinanciamento ou termos de cooperação. Pontualmente, com a crise humanitária na Venezuela e a imigração em massa ao Município de Boa Vista, essas cozinhas engajaram novas roupagens no atendimento ao público atendido, pois o cenário da fome alavancou no município, aumentando assim a necessidade de combater a insegurança alimentar, como foi diagnosticado em visitas às cozinhas. O público alvo dessas cozinhas, consiste em: moradores de rua, dependentes químicos, população migrante, brasileiros em diversas vulnerabilidades, em situação de rua, em situação de alojamento, em situação de casa própria, mas sem recursos para alimentação, em situação de aluguel e sem recursos para alimentar-se.

É importante frisar que, diante do cenário que o município de Boa Vista vive atualmente, com a imigração, essas cozinhas necessitam de captação de recursos para complementar e dar continuidade aos trabalhos e ações desenvolvidas. E nisso, essas cozinhas aderiram no ano de 2024 ao edital do Programa Federal Cozinha Solidária do Ministério do desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome - MDS, instituído pela Lei n. 14. 628/2023, que objetiva fornecer alimentação gratuita e de qualidade à população, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade e risco social. Por fim, o cenário atual em que as cozinhas se encontram, é em processo editalício para que façam jus aos recursos do programa.



5 - METODOLOGIA

A elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) de Boa Vista representa um passo fundamental na construção de uma política pública que visa garantir o direito à alimentação adequada e saudável para todos os cidadãos do município. Esse plano está sendo criado pela primeira vez, o que nos oferece a oportunidade de estabelecer uma base sólida que atenda às especificidades e necessidades da população.

Fases da Metodologia

A metodologia utilizada para a criação do PLAMSAN foi estruturada em diversas fases, buscando a participação ativa dos diferentes segmentos da sociedade e promovendo um diagnóstico abrangente da situação de segurança alimentar e nutricional no município. As etapas incluem:

Diagnóstico Preliminar:

- Iniciamos com uma análise detalhada da situação atual da segurança alimentar e nutricional em Boa Vista. Isso envolveu a coleta de dados sobre acesso a alimentos, estado nutricional da população, condições socioeconômicas e práticas alimentares. Essa fase também incluiu levantamento da percepção da comunidade sobre as principais dificuldades enfrentadas.

Engajamento da Comunidade:

- A participação social é um princípio fundamental na construção do PLAMSAN. Foram realizados encontros e oficinas com representantes da sociedade civil, agricultores familiares, grupos vulneráveis, órgãos governamentais e outras partes interessadas. Essas consultas permitiram que a população expressasse suas necessidades e expectativas em relação ao plano.

Articulação Intersetorial:

- Reconhecendo que a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é uma questão multidimensional, promovemos a articulação entre diferentes setores, como saúde, educação, assistência social e agricultura. O objetivo é integrar esforços e maximizar recursos para desenvolver ações coordenadas que atendam às necessidades da população de forma abrangente.

Definição de Objetivos e Metas:

- Com base nas informações coletadas e nas consultas realizadas, estabelecemos objetivos claros e metas a serem alcançadas. Esses objetivos visam, entre outros aspectos, aumentar a disponibilidade e o acesso a alimentos nutritivos, promover a educação alimentar e nutricional, e fortalecer a agricultura familiar local.

Elaboração e Validação do Plano:

- A redação do PLAMSAN incluiu a formalização das diretrizes, estratégias e ações necessárias para a promoção da segurança alimentar e nutricional no município. Um processo de validação foi realizado, onde o plano foi apresentado à comunidade e a stakeholders (partes interessadas) locais para ajustes e aprimoramentos, garantindo que o documento final refletisse as realidades e aspirações da população.

Monitoramento e Avaliação:

- Por fim, a metodologia inclui a criação de um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar a implementação do PLAMSAN. Esse sistema permitirá ajustamentos ao plano sempre que necessário, garantindo que as ações continuem relevantes e eficazes ao longo do tempo.

Desafios e Perspectivas

É importante destacar que, atualmente, Boa Vista ainda não possui uma infraestrutura robusta de equipamentos dedicados à Segurança Alimentar e Nutricional. Com isso, o PLAMSAN serve como um guia estratégico para o fortalecimento dessas estruturas. A criação do plano é uma oportunidade para identificar e viabilizar a implementação de novos programas, equipamentos e serviços que promovam a Segurança Alimentar e Nutricional no município.

Através desse esforço coletivo, esperamos que o PLAMSAN contribua para a construção de um sistema alimentar mais justo, sustentável e eficaz, garantindo que todos os cidadãos de Boa Vista tenham acesso à alimentação de qualidade e promovendo a melhoria das condições de vida da população. Esse plano não é apenas uma reação às condições atuais, mas sim um compromisso proativo em direção a um futuro onde a Segurança Alimentar e Nutricional seja uma realidade para todos.





OS CURABOS COM A HIGIENE DAS MÃOS

COMO HUMER A MÃO A MÃO



6 - AÇÕES ESTRATÉGICAS EM SAN

6.1 - EIXO 1 - POLÍTICA PÚBLICA DE SAN. Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Implantar Padarias Comunitárias	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Projeto Crescer	Anexo 1	Anexo 2
Implantar Cozinha Escola	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Projeto Crescer	Anexo 1	Anexo 2
Subsidiar Cozinhas Solidárias (Mão de Obra Qualificada e/ou Matéria-prima e/ou Subsídios para empresas privadas com Políticas de Isenção ou redução de impostos para destinar um percentual de seus produtos às Cozinhas Solidárias.	- Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Parcerias de Iniciativa Privada	Anexo 1	Anexo 2
Aprimorar o fornecimento de cestas básicas para famílias em situação de vulnerabilidade social, como atendimento emergencial.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Fomentar o “Cartão do Bem” para as famílias em vulnerabilidade social.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Expandir as ações do PAA aos CRAS	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Implantar Hortas Comunitárias em Unidades Básicas de Saúde (UBS), escolas, abrigos, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e demais equipamentos públicos ligados à Saúde, Educação e Assistência Social.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Incentivar o cultivo de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) nas hortas dos Equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer o Plano municipal de Agronegócio - PMDA	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Promover o consumo dos alimentos da feira orgânica.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Implementação de Cozinha popular	Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Implementar o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2

6.2 - EIXO 2 - PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E ACESSO AOS ALIMENTOS. Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Estimular o Desenvolvimento Rural Sustentável/Orgânico a luz do Programa Federal Fomento Rural.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer a Usina de Compostagem	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Programa de formação em Economia Solidária (PPA 2026)	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Incentivo e capacitação dos produtores organizados em associação, cooperativas ou grupos informais de forma estrutural, comportamental e técnico da gestão.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Criação da Feira de Empreendimentos Econômicos Solidários.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Programa: Quintais Orgânicos	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Mini Florestas em terrenos Baldios	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Criar um Banco de Alimentos	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Criar um CEASA	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Capacitação Técnica de Agricultores da Agricultura Familiar	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Fomentar a Agricultura Familiar, voltado para mulheres agricultoras	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Destinar Resíduos Limpos de feiras - o que não for vendido	- Secretaria de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Fomentar a diversificação alimentar, plantios diversos sem repetição.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Realizar feiras permanentes da agricultura familiar	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer o Agrosocial voltada a agricultura urbana junto ao PMDA	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Reativar o projeto das casas de vegetação as chamadas estufas urbanas	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Implementar projetos de Agroindústria voltados ao público vulnerável.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Aumentar o valor do PAA de 15.000 para 50.000, considerando que 15.000 é insuficiente para garantir a SAN.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 3 - DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Conscientização das Perdas e Desperdícios – Curso de utilização Integral dos Alimentos.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecimento da Educação Alimentar e Nutricional com as famílias dos estudantes	Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Ação de Conscientização em Educação Alimentar e Nutricional para a Comunidade	- Secretaria Municipal de Educação - SMEC - Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Secretaria municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer na capacitação para merendeiras nas escolas municipais voltadas para a produção de uma alimentação saudável.	Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Criação de Canal em Mídias Sociais para divulgação em massa de ações de Educação Alimentar e Nutricional - EAN.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Capacitações para identificação de pessoas em insegurança Alimentar e Nutricional (INSÂN) nos CRAS.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Implantar o processo permanente Caisan e Consea (Educação, saúde, ação Social e agricultura).	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Nas ações “Prefeitura com você”, inserir oficinas de Educação Alimentar e Nutricional, Avaliação Nutricional e de inSAN (Insegurança Alimentar e Nutricional).	- Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Secretaria municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Firmar parcerias com o “Sistema S” para fortalecer ações de EAN.	- Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Secretaria municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Criação de material educativo voltado à segurança alimentar.	Secretaria municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Promover capacitações periódicas sobre SAN aos Conselheiros Municipais.	Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Estabelecer calendários de Oficinas sobre EAN nos Equipamentos de SAN.	- Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS - Secretaria municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária.

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Ação de Conscientização de EAN para as Comunidades Tradicionais	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Implementação de colheitas solidárias para as comunidades tradicionais e indígenas em um sistema de compensação.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Mapear as comunidades de povos tradicionais, quilombolas, de matriz africana e terreiros em inSAN.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Capacitar as comunidades de povos tradicionais, quilombolas, de matriz africana e terreiros sobre Agricultura Urbana e Periurbana.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Expandir para as comunidades tradicionais, Hortas Pedagógicas nas Escolas Municipais Rurais, focado em ensino de agricultura sustentável.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Implantar uma Horta Comunitária Escolar Sustentável, com cultivo de plantas medicinais, hortaliças, tubérculos, e outros alimentos que sejam tradicionais àquela comunidade, mantendo a cultura do plantio e colheita agroecológico.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Instalar sistema de Energia Solar Fotovoltaico para atender à Horta Comunitária Escolar, como fonte de energia sustentável.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Capacitação sobre técnicas de cultivo, manejo e escoamento da produção agroecológica.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Curso de manejo de compostagem para povos tradicionais, quilombolas, de matriz africana e terreiros.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Implementar o Programa Pecuária de Leite.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer a agricultura familiar Indígena	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Ampliar o incentivo à Produção Agrícola Local	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Aumentar o valor do PAA de 15.000 para 50.000 ao ano, para fortalecer a SAN.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Criar um Banco de Cestas Básicas emergencial para as famílias de povos tradicionais, quilombolas, de matriz africana e terreiros em caso de mudanças climáticas que afetem diretamente suas produções.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Criação de Programa para aquisição de alimentos destinada a crianças indígenas com risco nutricional.	- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Ações de saúde com atendimento aos povos indígenas.	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Educação Alimentar e Nutricional - EAN em UBS	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
EAN - Obesidade, Doença Renal, Desnutrição, Amamentação, Doença Celíaca, Saúde Mental (UBS)	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
EAN - Redes Sociais (Saúde)	- Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Criação de normativas para a comercialização de alimentos ultraprocessados e que contribuem para a inSAN, em ambiente escolar públicos e privados.	- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC	Anexo 1	Anexo 2
Estabelecer espaços de comunicação para divulgação de políticas de segurança alimentar e nutricional para agricultura familiar e indígena, nos CRAS e UBS.	- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC - Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas	Anexo 1	Anexo 2
Criação de selos de qualidade, atribuídos aos tipos de alimentos comercializados (in-natura, minimamente processados, processados e ultraprocessados) em feiras, restaurantes, quiosques, stands, carrinhos de comida e qualquer estabelecimento que comercializem alimentos para consumo imediato. Definir 3 tipos de Selo: “Fresco e Natural”, “Qualidade Moderada”, “Processamento Consciente”.A criação desses selos, pode ajudar consumidores a fazer escolhas mais informadas.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Realizar blitz de fiscalização e conscientização sobre a qualidade de alimentos e água.	- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Parcerias	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer com recursos humanos, profissionais habilitados para executar a Segurança Alimentar e Nutricional nos equipamentos de Saúde. (Nutricionistas e Técnicos em Nutrição)	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Implementar as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde – PICS, Utilizando-se de hortas com ervas medicinais nos equipamentos de saúde.	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Campanha com ações para conscientização da importância de uma introdução alimentar nos equipamentos públicos municipais de SAN.	- Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Parceiros	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer a Estratégia Amamentar e Alimentar, na Atenção Primária à Saúde (APS).	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Criação de um Centro Municipal de Referência para manejo de complicações na amamentação, tais como: dor nos mamilos, ingurgitamento mamário, mastite, baixa produção de leite, leite empedrado, candidíase mamária, fissuras nos mamilos. Atenção à Mãe.	Secretaria Municipal de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 6 - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Implementar o Programa Cisterna visando equipamentos públicos rurais atingidos pela seca ou falta regular de água, com prioridades para povos e comunidades tradicionais.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Capacitar os agricultores indígenas e não indígenas atendidos pelo PMDA sobre o uso racional da água.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Ampliar a disponibilidade e acesso à água potável para alimentação e produção de alimentos.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2
Bacias Hidrográficas - incluir a Coleta de lixo nas comunidades que vivem em região de bacias hidrográficas.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Parceiros	Anexo 1	Anexo 2
Bacias Hidrográficas - mapear e identificar com placas as Bacias Hidrográficas.	- Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI - Parceiros	Anexo 1	Anexo 2
Solicitar à Concessionária de Água, dados mensais sobre qualidade de água, e informar de forma ampla para toda a sociedade, a respeito de sua segurança sanitária.	- Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Parceiros	Anexo 1	Anexo 2
Promover ações sobre o Uso Consciente da Água, Poluição dos rios, Limpeza de igarapés, e outras ações que sejam pertinentes ao cuidado da Água.	- Secretaria Municipal de Saúde - SMSA - Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Parceiros	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Criar um Banco de Dados de Avaliação nutricional de escolares, com equipe multidisciplinar e apoio intersetorial das secretarias envolvidas na SAN.	- Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS - Secretaria Municipal de Educação - SMEC - Secretaria de Saúde - SMSA	Anexo 1	Anexo 2
Capacitação de Técnicos para atuarem na agroindústria no mínimo processamento de produtos agropecuários.	Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Indígenas - SMAAI	Anexo 1	Anexo 2

EIXO 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

AÇÃO	RESPONSÁVEL/PARCEIROS	PRAZO DE EXECUÇÃO	FONTE DE RECURSOS
Fiscalização das famílias do Cadastro Único que recebem a Cesta Básica para identificação de SAN.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Criação do Regimento Interno da Caisan e Consea.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Capacitação para os Conselheiros da Caisan e Consea.	Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer a CAISAN	CAISAN	Anexo 1	Anexo 2
Fortalecer o CONSEA	CONSEA	Anexo 1	Anexo 2

7 - AVALIAÇÃO

A avaliação do presente plano se dará por um processo composto de dois métodos interligados: os indicadores e o monitoramento. Cada objetivo conta com metas anuais e estas, por sua vez, direcionam os indicadores por período.

1. O monitoramento acontece pela análise dos instrumentos, que irão conter dados qualitativos e quantitativos, desenvolvidos para registrar os indicadores.
2. A periodicidade do desenvolvimento desses documentos poderá ser mensal, anual e/ou pontual.
3. As reuniões serão realizadas mensalmente com a equipe técnica de SAN, para acompanhamento do andamento dos objetivos e metas.
4. O processo de avaliação compreenderá uma reunião semestral intersetorial com os agentes que participaram da elaboração do PLAMSAN.
5. O relatório anual do PLAMSAN será composto pelos instrumentos de monitoramento de cada objetivo proposto. Esse documento será apresentado para análise e discussão, junto ao COMSEA e à CAISAN, que farão um parecer sobre as informações e dados trazidos no documento apresentado.
6. O relatório anual, juntamente com o parecer do COMSEA e da CAISAN, será entregue ao gestor municipal.

8 - DESAFIOS

Desafios identificados para a execução do I PLAMSAN:

- Previsão orçamentária e fontes de recursos necessárias para implementar as ações previstas e planejadas.
- Executar as ações de forma intersetorial, promovendo o trabalho em rede entre todos os atores envolvidos nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como nas secretarias que compõem a CAISAN.
- Criar e monitorar indicadores de SAN para fornecer dados consistentes relacionados tanto ao diagnóstico como ao impacto das ações que serão desenvolvidas.



9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do PLAMSAN foi baseada na escuta atenta das necessidades da população de Boa Vista. Para atender a essas demandas, foram estruturadas ações em três eixos principais, que servirão como orientações para a implementação de programas e projetos voltados à segurança alimentar e nutricional. A DSAN, com o apoio de outras secretarias do Município, está comprometida em agir com determinação e rigor na execução das estratégias apresentadas neste documento. Esse esforço colaborativo tem como objetivo garantir que as ações planejadas sejam efetivamente implementadas ao longo dos próximos quatro anos, assegurando o direito a uma alimentação adequada e saudável para toda a população. Reconhecemos que a realização dessas metas depende da colaboração contínua entre o Poder Público, a sociedade civil e outros atores envolvidos. Assim, reafirmamos nosso compromisso com a transparência, a participação social e a sustentabilidade das iniciativas propostas, assegurando que Boa Vista avance na promoção da segurança alimentar e nutricional para todos os seus cidadãos.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Pessoas inscritas no Cadastro Único - faixa de renda familiar per capita** (A partir de mar/2023). Disponível em: <https://encurtador.com.br/23h3Y>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância Alimentar e Nutricional**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/vigilancia-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Relatório Público**. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>. Acesso em: 23 jul. 2024

EMBRAPA. **Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 10 jul. 2024

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ANEXO 1

PRAZOS DE EXECUÇÃO

EIXO 1 - POLÍTICA PÚBLICA DE SAN

2025 (Ano 1 – Planejamento e Implantação Inicial)

Aprimorar o fornecimento de cestas básicas (Ajustes logísticos e cadastramento podem ser feitos rapidamente).
Fomentar o “Cartão do Bem” (Lançamento piloto em áreas prioritárias).
Expandir as ações do PAA aos CRAS (Integração progressiva com programas existentes).
Implantar Hortas Comunitárias em equipamentos públicos (Início em locais com estrutura pronta, como UBS e escolas).
Incentivar o cultivo de PANCs (Capacitação inicial em hortas já existentes).
Promover o consumo de alimentos da feira orgânica (Campanhas educativas e parcerias).

2026 (Ano 2 – Consolidação e Expansão)

Implantar Padarias Comunitárias (Seleção de locais, capacitação e estruturação – 1º semestre).
Implantar Cozinha Escola (Projeto piloto em parceria com instituições de ensino).
Subsidiar Cozinhas Solidárias (Edital para seleção de parceiros privados e ajustes fiscais).
Implementação de Cozinha Popular (Modelo experimental em áreas de alta vulnerabilidade).
Fortalecer o PMDA (Diagnóstico e ajustes no plano existente).
Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (Mapeamento de áreas e projetos-piloto).

2027 (Ano 3 – Escalonamento e Ajustes)

Ampliação das Padarias Comunitárias (Novas unidades e avaliação de impacto).
Expansão da Cozinha Escola (Abrangência municipal).
Consolidação das Cozinhas Solidárias (Monitoramento de subsídios e resultados).
Expansão das Hortas Comunitárias (Cobertura em 70% dos equipamentos públicos).
Implementação em larga escala da Agricultura Urbana (Parcerias com cooperativas).

2028 (Ano 4 – Conclusão e Sustentabilidade)

Avaliação final de todas as ações (Relatórios de impacto e ajustes).
Institucionalização dos programas (Políticas públicas permanentes).
Sustentabilidade financeira (Fontes de recurso contínuo, como parcerias público-privadas).

EIXO 2 - PRODUÇÃO, ABASTECIMENTO E ACESSO AOS ALIMENTOS

2025 (Ano 1 – Planejamento, Projetos-Piloto e Ações Imediatas)

Estimular o Desenvolvimento Rural Sustentável/Orgânico (Integração ao Programa Fomento Rural via editais).
Fortalecer a Usina de Compostagem (Ampliação de capacidade e logística de coleta).
Destinar resíduos limpos de feiras (Parceria com feirantes e cooperativas de compostagem).
Capacitação Técnica de Agricultores Familiares (Cursos rápidos em parceria com EMATER/ONGs).
Fomentar a Agricultura Familiar para mulheres (Programas específicos de crédito e assistência técnica).
Realizar feiras permanentes da agricultura familiar (1ª feira mensal em local estratégico).
Aprimorar cestas básicas + Cartão do Bem (Ações emergenciais já iniciadas).
Hortas Comunitárias e PANCs (Implantação em 20% dos equipamentos públicos).

2026 (Ano 2 – Estruturação e Expansão)

Programa de Economia Solidária (PPA 2026) (Formação de grupos e incubação de projetos).
Incentivo a cooperativas/associações (Capacitação em gestão e acesso a crédito).
Quintais Orgânicos (Seleção de famílias e distribuição de kits).
Mini Florestas em terrenos baldios (Projetos-piloto em áreas urbanas degradadas).
Banco de Alimentos (Estruturação física e parcerias com doadores).
Reativar estufas urbanas (Reparos e realocação de estruturas existentes).
Aumentar valor do PAA para R\$ 50 mil (Pressão política e ajuste orçamentário).
Padarias/Cozinhas Comunitárias (Implantação em 50% dos territórios prioritários).

2027 (Ano 3 – Consolidação e Agroindustrialização)

CEASA Municipal (Estudos de viabilidade e licitações).

Agroindústrias para público vulnerável (Editais para equipamentos e capacitação).

Feira de Empreendimentos Solidários (Evento bianual com divulgação estadual).

Fortalecer Agrosocial no PMDA (Inclusão de metas específicas para agricultura urbana).

Diversificação alimentar (Campanhas + rotação de cultivos em hortas públicas).

Expansão do Banco de Alimentos (Cobertura de 70% dos resíduos aproveitáveis).

2028 (Ano 4 – Institucionalização e Escala)

CEASA em operação (Inauguração e gestão compartilhada).

Política permanente de compra da Agricultura Familiar (Lei municipal vinculando PAA ao orçamento).

Sustentabilidade das Mini Florestas (Manutenção com voluntários/escolas).

Avaliação de impacto (Relatório consolidado com indicadores de SAN).

Manutenção de todos os programas (Fundo municipal de Segurança Alimentar).

Destaques e Observações:

- Ações rápidas (2025): Compostagem, capacitações e feiras têm curto prazo de implementação.
- Investimentos pesados (2026–2027): CEASA e agroindústrias demandam estudos e recursos.
- Sustentabilidade financeira (2028): Foco em leis e fundos para garantir continuidade.
- PAA (R\$ 50 mil): Exige articulação política já em 2025 para viabilizar em 2026.
- Observação: Priorizar em 2025 projetos com baixo custo e alto impacto (ex: compostagem, PANCs), deixando os de maior complexidade (CEASA, agroindústrias) para após estruturação de parcerias.

EIXO 3 - DESENVOLVER AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**2025 (Ano 1 – Sensibilização e Estruturação Inicial)**

Conscientização das Perdas e Desperdícios

- Cursos rápidos de utilização integral dos alimentos para merendeiras, cozinheiros de restaurantes populares e feirantes.
- Parceria com ONGs especializadas (ex: Banco de Alimentos).

Fortalecimento da EAN nas Escolas

- Inserir oficinas mensais para famílias de estudantes (ex: reaproveitamento de alimentos).
- Capacitação de merendeiras em alimentação saudável (em parceria com nutricionistas).

Ações Comunitárias

- "Prefeitura com Você": Incluir oficinas de EAN e avaliação de INSAN (testes rápidos).
- Lançamento do Canal de Mídias Sociais (divulgação de receitas, dicas contra desperdício).

Identificação de INSAN

- Treinamento para equipes dos CRAS aplicarem formulários padronizados (ex: EBIA).

Material Educativo

- Desenvolvimento de cartilhas e vídeos sobre segurança alimentar (parceria com universidades).

2026 (Ano 2 – Expansão e Institucionalização Parcial)

CAISAN e CONSEA

- Formalizar o processo permanente com reuniões trimestrais entre Educação, Saúde e Agricultura.

Parcerias Estratégicas

- Firmar acordo com Sistema S (SENAR, SESI) para cursos de EAN e gestão de alimentos.

Capacitações em Larga Escala

- Oficinas fixas nos equipamentos de SAN (ex: CRAS, UBS) sobre higiene, planejamento alimentar.
- Conselheiros Municipais: Treinamento sobre políticas de SAN.

Campanhas de Mídia

- Viralizar conteúdos do canal de EAN (ex: desafios de reaproveitamento).

2027 (Ano 3 – Consolidação)

Calendário Anual de Oficinas

- Implementar roteiro fixo de atividades (ex: "Mês do Desperdício Zero").

Monitoramento de INSAN

- Dados consolidados dos CRAS para ajustar políticas públicas.

Sistema S em Ação

- Cursos profissionalizantes para agricultores e cozinheiros (ex: manipulação de PANCs).

2028 (Ano 4 – Sustentabilidade)

Avaliação de Impacto

- Relatório comparando redução de desperdício e melhoria nos indicadores de INSAN.

Política Pública Formal

- Incluir EAN no currículo escolar e no treinamento obrigatório de servidores.

Manutenção das Ações

- Verba fixa para materiais e capacitações (via fundo municipal de SAN).

Diferenciais Propostos:

- Foco em Redes Sociais: Aliar ações presenciais a campanhas digitais para maior alcance.
- Integração com Saúde: Usar dados da INSAN para direcionar cestas básicas e programas como o "Cartão do Bem".
- Baixo Custo: Muitas ações dependem de capacitação e parcerias, não de infraestrutura cara.

Observações: Vincular as oficinas de EAN a programas já existentes (ex: Feiras da Agricultura Familiar) para otimizar recursos.

EIXO 4 - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que trata o art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária.

2025 (Ano 1 – Diagnóstico e Projetos-Piloto)

Mapeamento das Comunidades Tradicionais

- Identificar quilombolas, indígenas, terreiros e povos de matriz africana em inSAN (parceria com lideranças locais e universidades).
- Ações de Saúde: Primeiros atendimentos nutricionais em comunidades indígenas.

Colheitas Solidárias

- Sistema piloto de compensação (troca de excedentes por insumos ou recursos).

Hortas Pedagógicas em Escolas Rurais

- Implantação em 2 comunidades (cultivo de alimentos tradicionais + plantas medicinais).

Capacitação Inicial

- Oficinas de Agricultura Urbana/Periurbana e compostagem para povos tradicionais.

Banco de Cestas Básicas Emergencial

- Estoque inicial para situações climáticas extremas (parceria com CONAB).

2026 (Ano 2 – Expansão e Tecnologia)

Energia Solar para Hortas Escolares

- Instalação de sistemas fotovoltaicos em 5 comunidades (recursos via editais de sustentabilidade).

Programa de Aquisição de Alimentos para Crianças Indígenas

- Compra direta de produtos locais para creches/escolas indígenas.

Fortalecimento da Agricultura Familiar Indígena

- Acesso a sementes crioulas e técnicas agroecológicas (parceria com FUNAI/EMATER).

Pecuária de Leite

- Projeto-piloto em comunidades tradicionais com tradição na atividade.

Curso de Escoamento da Produção

- Logística para venda em feiras e programas como PAA.
-

2027 (Ano 3 – Autonomia e Políticas Públicas)

Aumento do PAA para R\$ 50 mil/ano

- Inclusão prioritária de comunidades tradicionais no edital.

Expansão das Hortas Comunitárias

- 100% das escolas rurais com hortas sustentáveis.

Programa de Produção Agrícola Local

- Subsídios para ferramentas e irrigação.

Atendimento de Saúde Regular

- Mutirões nutricionais e vigilância SAN em terreiros e aldeias.

2028 (Ano 4 – Sustentabilidade e Cultura)

Política Pública Permanente

- Lei municipal vinculando 5% do orçamento da SAN a comunidades tradicionais.

Banco de Sementes Crioulas

- Preservação de variedades tradicionais.

Avaliação de Impacto

- Redução da inSAN e aumento da renda agrícola local

Destaques:

- Respeito à Cultura: Todas as hortas e capacitações devem usar técnicas tradicionais.
- Energia Solar: Reduz custos e fortalece autonomia.
- Emergências Climáticas: Banco de cestas básicas como "rede de proteção".

Observação: Criar um Conselho Tradicional de SAN para garantir que as ações sejam co-criadas com as comunidades.

EIXO 5 - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;

2025 (Ano 1 – Estruturação e Projetos-Piloto)

EAN nas UBS

- Oficinas mensais sobre obesidade, doenças renais, desnutrição e amamentação (parceria com NASF).
- Campanha "Amamentar e Alimentar": Inclusão de rodas de conversa na APS.

Normativas contra Ultraprocessados

- Projeto de lei para restrição de vendas em escolas (públicas e privadas).

Selos de Qualidade Alimentar

- Desenho dos critérios para "Fresco e Natural", "Qualidade Moderada" e "Processamento Consciente".
- Teste em 2 feiras livres e 1 restaurante popular.

PICS (Práticas Integrativas)

- Implantação de hortas medicinais em 3 UBS (ex: capim-santo, alecrim).

Centro de Referência em Amamentação

- Estruturação física e capacitação de profissionais (equipe multidisciplinar).

2026 (Ano 2 – Expansão e Fiscalização)

Fiscalização e Blitz

- "Operação Alimento Seguro": Verificação de qualidade em feiras e escolas.

Selos em Larga Escala

- Implementação em 100% das feiras municipais e início em restaurantes.

Comunicação em CRAS/UBS

- Painéis digitais e materiais gráficos sobre SAN para agricultura familiar/indígena.

Recursos Humanos

- Contratação de 10 nutricionistas para os equipamentos de saúde.

EAN em Redes Sociais (Saúde)

- Série de vídeos com receitas saudáveis e alertas sobre ultraprocessados.

2027 (Ano 3 – Consolidação)

Introdução Alimentar

- Campanha em creches e escolas ("Primeiros 1000 Dias").

PICS Ampliadas

- Hortas medicinais em 50% das UBS + oficinas de fitoterapia.

Normativas Sancionadas

- Proibição efetiva de ultraprocessados em escolas (fiscalização regular).

Centro de Amamentação

- Atendimento a 100% das complicações relatadas na APS.

2028 (Ano 4 – Institucionalização)

Política Pública Permanente

- Inclusão dos selos de qualidade no código sanitário municipal.
- Verba fixa para o Centro de Amamentação e EAN.

Avaliação

- Redução de casos de desnutrição/obesidade infantil (dados do SISVAN).

Sustentabilidade

- Capacitação contínua de merendeiras e profissionais de saúde.

Destaque:

- Selos de Qualidade: Transparência para o consumidor e estímulo à produção local.
- Centro de Amamentação: Redução do desmame precoce e custos com saúde.
- PICS: Baixo custo e alto impacto (ex: chás para ansiedade no pré-natal).

Observação: Vincular os selos a benefícios fiscais para comerciantes que aderirem aos critérios "Fresco e Natural".

EIXO 6 - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficientes, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;

2025 (Ano 1 – Diagnóstico e Ações Imediatas)

Programa Cisterna em Equipamentos Públicos Rurais

- Seleção de 5 escolas, UBS e CRAS em áreas de seca crítica para instalação de cisternas.
- Prioridade para comunidades quilombolas, indígenas e ribeirinhas.

Monitoramento da Qualidade da Água

- Parceria com a concessionária para divulgar relatórios mensais de potabilidade (transparência pública).

Campanha "Uso Consciente da Água"

- Oficinas em escolas e associações rurais sobre captação de água da chuva e reúso.

Mapeamento Inicial de Bacias Hidrográficas

- Identificação de 3 bacias prioritárias (ex: rios próximos a áreas agrícolas).

2026 (Ano 2 – Expansão e Infraestrutura)

Ampliação do Programa Cisterna

- Instalação em 6 novas unidades (incluindo aldeias indígenas e territórios quilombolas).

Capacitação sobre Uso Racional da Água

- Treinamento para 200 agricultores (técnicas de irrigação eficiente, como gotejamento).

Coleta de Lixo em Bacias Hidrográficas

- Mutirões mensais em rios e igarapés + instalação de ecopontos.

Sinalização das Bacias

- Placas educativas em áreas estratégicas (ex: "Área de Preservação Permanente").

2027 (Ano 3 – Sustentabilidade e Fiscalização)

Sistema de Alerta para Secas

- Parceria com órgãos meteorológicos para avisar comunidades rurais com antecedência.

Fiscalização de Poluição Hídrica

- "Blitz da Água Limpa": Autuação de despejos irregulares em rios.

Acesso à Água Potável

- Poços artesianos ou sistemas de filtragem em 5 comunidades isoladas.

2028 (Ano 4 – Institucionalização)

Política Municipal de Gestão Hídrica

- Lei que vincula recursos mínimos para manutenção de cisternas e bacias.

Banco de Dados Público

- Plataforma online com mapas de bacias, qualidade da água e áreas de risco.

Avaliação de Impacto

- Redução de doenças relacionadas à água contaminada (ex: diarreias)

.

Destaque:

- Cisternas em Escolas Rurais: Garante água para merenda escolar e hortas pedagógicas.
- Transparência: Dados da concessionária divulgados em linguagem acessível (ex: cores semaforicas).
- Envolvimento Comunitário: Mutirões de limpeza com lideranças locais.

Observação: Criar um Comitê das Águas com representantes de comunidades tradicionais para decisões sobre projetos hídricos.

EIXO 7 - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006;

2025 (Ano 1 – Estruturação e Piloto)

Banco de Dados de Avaliação Nutricional de Escolares

- Parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social para coleta de dados (peso, altura, marcadores de consumo alimentar).
- Equipe Multidisciplinar: Nutricionistas, enfermeiros e assistentes sociais para análise inicial.
- Plataforma digital piloto em 10 escolas (prioritariamente em áreas de vulnerabilidade).

Capacitação de Técnicos para Agroindústria

- Curso básico de processamento mínimo (higienização, embalagem, conservação) para 50 técnicos (parceria com SENAR/EMATER).
- Foco em produtos da agricultura familiar (hortaliças, frutas, leite).

2026 (Ano 2 – Expansão e Integração)

Banco de Dados Nutricional

- Ampliação para 100% das escolas municipais.
- Ações Diretas: Encaminhamento de crianças com desnutrição/obesidade para UBS.
- Relatórios trimestrais para o CAISAN (monitoramento de políticas públicas).

Agroindústria Sustentável

- Capacitação avançada em boas práticas de fabricação (BPF) e rotulagem.
- Implantação de unidades demonstrativas (ex: desidratador de frutas em comunidades rurais).

2027 (Ano 3 – Automação e Especialização)

Tecnologia no Banco de Dados

- Sistema de alerta para casos críticos (ex: baixo peso ou obesidade grave).
- Integração com o SISVAN (Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional).

Agroindústria com Valor Agregado

- Cursos de produção de polpas, queijos e embutidos (parceria com SENAI).
- Editais para financiamento de mini-fábricas comunitárias.

2028 (Ano 4 – Institucionalização)

Política Pública de Monitoramento Nutricional

- Lei municipal para manutenção obrigatória do banco de dados.
- Vinculação com o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Rede de Agroindústrias Locais

- Selo de Qualidade Municipal para produtos da agricultura familiar.
- Cadeia de comercialização garantida (feiras, PAA, mercados institucionais).

Diferenciais e Observações

- Banco de Dados Nutricional:
 - Cross-setorial: Dados compartilhados entre Saúde, Educação e Assistência Social.
 - Prevenção: Identificação precoce de déficits nutricionais e direcionamento de cestas básicas ou acompanhamento médico.
- Capacitação em Agroindústria:
 - Geração de renda: Técnicos capacitados podem assessorar cooperativas ou montar negócios locais.
 - Redução de perdas: Processamento mínimo aumenta shelf life de alimentos.

Sugestão de Parcerias:

- Universidades para análise de dados nutricionais.
- SEBRAE para modelos de negócios em agroindústria.

EIXO 8 - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada

2025 (Ano 1 – Diagnóstico e Estruturação)

Fiscalização das Famílias do Cadastro Único

- Amostragem inicial: Auditoria em 20% das famílias que recebem cestas básicas (checagem de elegibilidade e necessidade real).
- Indicadores: Verificar se há melhoria nos índices de SAN após o recebimento.

Regimento Interno da CAISAN e CONSEA

- Elaboração participativa (com representantes da sociedade civil, governo e setor privado).
- Definição de atribuições, frequência de reuniões e métricas de avaliação.

Capacitação Básica para Conselheiros

- Curso sobre Marco Legal da SAN (Lei Orgânica de SAN, PNAE, PAA).
- Oficina de monitoramento de políticas públicas.

2026 (Ano 2 – Implementação e Monitoramento)

Fiscalização Contínua

- Sistema de denúncias online para irregularidades na distribuição de cestas.
- Parceria com o Ministério da Cidadania para cruzar dados do CadÚnico.

Regimento em Ação

- CAISAN e CONSEA realizam reuniões trimestrais com pautas vinculadas ao Plano Municipal de SAN.

Capacitação Avançada

- Treinamento em orçamento público (para acompanhamento de recursos da SAN).
- Workshop sobre intersetorialidade (como integrar Saúde, Educação e Agricultura).

2027 (Ano 3 – Autonomia e Transparência)

Fortalecimento da CAISAN

- Plataforma online com dados abertos sobre execução das políticas de SAN.
- Convocação de atores estratégicos (ex: associações de agricultores, conselhos de nutrição).

Fortalecimento do CONSEA

- Caráter deliberativo: Poder de propor e vetar políticas (via decreto municipal).
- Conferência Municipal de SAN para revisão de metas.

Avaliação de Impacto

- Relatório sobre redução da inSAN nas famílias fiscalizadas.

2028 (Ano 4 – Institucionalização)

Política Pública Permanente

- Vinculação de 1% do orçamento municipal às ações da CAISAN.
- Lei municipal que torna obrigatória a participação social no CONSEA.

Sustentabilidade

- Núcleos regionais da CAISAN em distritos rurais.
- Editais anuais para financiamento de projetos de SAN.

Destaque:

- Fiscalização Inteligente: Uso de dados do CadÚnico e denúncias para evitar desvios.
- Capacitação Prática: Conselheiros aprendem a ler relatórios técnicos e propor ajustes.
- Transparência Radical: Todos os documentos da CAISAN/CONSEA disponíveis online.

Observação: Criar um Prêmio Municipal de Boas Práticas em SAN para incentivar engajamento.

ANEXO 2

FONTES DE RECURSOS

1. Ações Estruturais e Infraestrutura

Programa Cisterna (Equipamentos Públicos Rurais)

- Federal: Programa Água Doce (Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR) / Fundo Nacional de Segurança Alimentar (FNSA).
- Estadual: Programas de Convivência com o Semiárido (ex: Secretaria de Agricultura Estadual).
- Municipal: Verba própria (Secretaria de Agricultura ou Meio Ambiente).
- Parcerias: ONGs (ex: ASA Brasil), Fundação Banco do Brasil.

Energia Solar para Hortas Comunitárias

- Federal: Programa Luz para Todos (MME) / Fundo Clima (BNDES).
- Estadual: Secretaria de Minas e Energia (subvenções).
- Parcerias: Empresas de energia (compensação ambiental).

Banco de Alimentos / CEASA

- Federal: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) / MDS.
- Estadual: Secretaria de Agricultura (editais).
- Municipal: Recursos do orçamento participativo.
- Parcerias: Supermercados (doações), Rotary Club.

2. Capacitações e Educação

Capacitação em Agroindústria e Processamento Mínimo

- Federal: SENAR (Sistema Nacional de Aprendizagem Rural) / Pronatec.
- Estadual: EMATER / SEBRAE (cursos técnicos).
- Municipal: Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Cursos de EAN (Escolas, UBS, Comunidades)

- Federal: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) / PNAE.
- Estadual: Secretaria de Saúde (Programa Saúde na Escola).
- Parcerias: SESI (Programa Cozinha Brasil).

Centro de Referência em Amamentação

- Federal: Rede Cegonha (Ministério da Saúde).
- Municipal: Verba da Secretaria de Saúde.
- Parcerias: UNICEF / Hospitais universitários.

3. Agricultura e SAN

Ampliação do PAA (R\$ 15 mil → R\$ 50 mil)

- Federal: Recurso do MDS (via convênio).
- Estadual: Complementação de verbas (ex: Programa Estadual de SAN).

Hortas Comunitárias e PANCS

- Federal: Programa Hortas Urbanas (MDS) / Petrobras Socioambiental.
- Municipal: Fundo Municipal de Meio Ambiente.
- Parcerias: Institutos de permacultura (ex: IPEMA).

Agricultura Urbana e Periurbana

- Federal: Programa Nacional de Agricultura Urbana (CONAB).
- Estadual: Secretaria de Agricultura (editais).
- Parcerias: FAO (Projeto Cidades Sustentáveis).

4. Fiscalização e Governança

Fiscalização do Cadastro Único

- Federal: Verba do MDS para gestão do CadÚnico.
- Municipal: Recursos próprios (Secretaria de Assistência Social).

Fortalecimento da CAISAN/CONSEA

- Federal: Verba do MDS para conselhos de SAN.
- Municipal: Dotação orçamentária específica (Lei SAN Municipal).
- Parcerias: Organizações da sociedade civil (ex: ActionAid).

5. Selos e Qualidade Alimentar

Selos "Fresco e Natural"

- Federal: Ministério da Saúde (Programa Alimento Saudável).
- Estadual: Secretaria de Agricultura (certificações).
- Parcerias: Instituto Akatu (consumo consciente).

Blitz de Fiscalização de Alimentos

- Municipal: Vigilância Sanitária (verba própria).
- Parcerias: Procon (ações conjuntas).

6. Ações para Comunidades Tradicionais

Colheitas Solidárias e Bancos de Sementes

- Federal: FUNAI (para comunidades indígenas) / MDA (Programa Terra Forte).
- Parcerias: Projetos de biodiversidade.

Atendimento de Saúde Indígena

- Federal: SESAI (Secretaria de Saúde Indígena).
- Municipal: Verbas de equipes volantes (SUS).

Observações Chave:

1. Recursos Federais: Priorize editais do MDS, MDR e Ministério da Saúde.
2. Municipal: Utilize o orçamento participativo e emendas parlamentares locais.
3. Parcerias: Empresas (via leis de incentivo fiscal, como ISS e ICMS solidário).
4. Contrapartidas: Muitos programas exigem contrapartida municipal (ex: 10% do valor).